

ATOS GOLPISTAS

Anistia patina, mas cresce apoio à revisão de penas

Motta adia análise da urgência do projeto. Parlamentares defendem dosimetria

» ISRAEL MEDEIROS
» EDUARDA ESPOSITO

A oposição ao governo sofreu mais uma derrota, ontem, em reunião extensa do Colégio de Líderes da Câmara. Os parlamentares discutiram sobre colocar ou não em pauta o requerimento de urgência para o projeto de anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. A maioria entendeu que ainda não há clima para votar o requerimento ou o próprio texto, ainda desconhecido dos deputados.

A decisão foi anunciada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que tem sido pressionado — e provocado — pela oposição e por nomes ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para pautar a anistia.

“O Colégio de Líderes discutiu de forma exaustiva, onde todos os líderes presentes, que representam algo em torno de quase 500 parlamentares — alguns líderes estiveram ausentes — e especificamente sobre o tema da anistia, decidiu-se pelo adiamento da pauta desse requerimento de urgência”, disse Motta.

Segundo o presidente da Casa, isso não significa que os líderes não continuarão dialogando para uma solução do assunto. Disse, ainda, que ninguém concorda com penas exageradas aos presos do 8 de Janeiro, em um aceno à oposição. “Nenhum líder aqui está a favor de nenhuma injustiça, por mais que a sua condição partidária o limite na defesa, mas eu pude escutar com muita atenção as falas de todos eles, do menor ao maior partido, então há esse sentimento de convergência”, frisou.

A resposta refletiu o clima tenso do encontro. Os líderes da oposição, do PL e da minoria saíram juntos da sala de reuniões e falaram com a imprensa logo depois de Motta. O deputado Zucco (PL-RS), líder da oposição, afirmou que o grupo vai entrar novamente em obstrução na Casa até que a data de votação da urgência da anistia seja marcada.

Os líderes também dispararam contra Motta: lembaram que foi o próprio presidente quem pediu que não colhessem assinaturas de líderes em prol da anistia e optassem por obter assinaturas individuais dos deputados — precisavam de 257 e conseguiram 262 para propor

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



Segundo Motta, o Colégio de Líderes decidiu adiar a avaliação da urgência do projeto da anistia aos golpistas

o requerimento de urgência. A decisão de pautar, no entanto, ainda passaria pelo Colégio de Líderes e por Motta.

“O que aconteceu aqui hoje (ontem) foi um grande respeito para com a Câmara. No momento que tu tens 264 assinaturas, caracterizando a maioria, e se muda a estratégia, imputando aos líderes essa responsabilidade, logicamente nota-se que forças adversas atuaram e que, mais uma vez, vamos empurrar para a frente uma pauta necessária”, disparou Zucco a jornalistas.

“Sensibilidade”

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder do PL na Câmara, também fez críticas. Afirmou que os líderes não tiveram a mesma “sensibilidade” da maioria dos deputados sobre o tema da anistia, mas que mesmo os alinhados ao governo já admitem que a dosimetria para os condenados pelo 8/1 é exagerada.

“É bonito ver até os líderes da esquerda dizerem que a dosimetria que o STF impôs a essas pessoas está errada e precisa ser revista. Já é a primeira grande vitória da anistia. A segunda grande vitória é ouvir da maioria dos líderes: nós precisamos ver o texto final para decidir votar ou não na maioria

das nossas bancadas”, destacou.

Segundo Sóstenes, o texto não foi apresentado porque a urgência precisa ser apreciada antes. Outro motivo é que Motta ainda não bateu o martelo sobre quem será o relator. Para conseguir um acordo com os líderes, o líder do PL disse que vai sugerir ao relator uma proposta sintética, que inclua apenas os condenados pelo 8/1. Ou seja, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros apontados como mentores da tentativa de golpe não estariam contemplados.

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), confirmou que há uma preocupação por parte dos líderes em ajustar eventuais exageros na dosimetria das penas. Tanto ele quanto o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (PT-RJ), no entanto, deixaram claro que os governistas não vão aceitar estender a anistia aos mentores e financiadores da tentativa de golpe.

“O que extraio disso é que não podemos misturar as estações. Eventuais injustiças na dosimetria precisam ser evidentemente considerada por nós, mas vários de nós falamos: não é possível anistiar os generais, quem planejou, quem organizou, quem manipulou pessoas inocentes para uma tentativa de golpe. Não pode”, pontuou.

Zanin alerta a Câmara

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do STF, mandou notificar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre a abertura da ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) pelo plano de golpe.

É padrão que os presidentes da Câmara e do Senado sejam informados quando um parlamentar vira réu. A Constituição permite que as Casas Legislativas suspendam o processo, desde que a decisão tenha o apoio da maioria do plenário. A regra, no entanto, vale apenas para crimes posteriores à diplomação.

O PL disse que vai pedir a suspensão da ação. No ofício a Motta, porém, Zanin esclarece que a Câmara não pode suspender o processo. O ministro afirma que eventual suspensão vale apenas para dois crimes: deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima. Ramagem também responde por organização criminosa armada, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado democrático.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Após conversa de Motta com Lula, anistia aos golpistas subiu no telhado

O presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), costuma dizer que não conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para não ser seduzido pelo petista. Líder de um dos mais antigos e maiores partidos do país, sucessor do antigo PDS (ex-Arena), Nogueira é um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro e considera Lula uma espécie de “encantador de serpentes”, um ícone da cultura oriental, sobretudo na Índia.

Ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o projeto de anistia aos golpistas do 8 de Janeiro não terá sua urgência pautada na próxima semana. A decisão foi pactuada com Lula, na noite de quarta-feira, durante jantar na residência oficial do presidente da Câmara, com a participação de outros líderes da Casa.

É preciso destrinchar o acordo entre Lula e Motta como quem analisa o truque do “encantador de serpentes”, um artista de rua que atrai a atenção dos transeuntes em busca de uns trocados. Na verdade, trata-se de um ilusionista: em vez de domar a serpente ao som de sua flauta, ele “hipnotiza” as pessoas. O som da flauta atrai a atenção do seu público, mas seu segredo é o movimento que ele faz com o instrumento musical e a natureza da serpente, geralmente uma naja, colocada num cesto ventilado.

A serpente pode ver e sentir um pouco o ambiente. Quando o cesto é aberto, se ergue naturalmente, como um gesto de defesa ou curiosidade. O encantador movimentava a flauta para criar a ilusão de que faz a naja “dançar”. Por não ter pálpebras, a serpente parece hipnotizada. Na verdade, o “encantamento” é uma exibição do comportamento natural da serpente, não uma domesticação real.

A decisão de Motta, ao escantear a votação da anistia, decorreu, sim, da forte aproximação que Lula faz com os novos líderes do Congresso, sobretudo com Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que o acompanham em mais uma viagem, desta vez para o funeral do papa Francisco. Mas as pesquisas mostram que a maioria da população apoia a punição dos invasores do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo, cujas imagens estão sendo revisitadas em razão do julgamento dos acusados de organizar a tentativa de golpe, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Outra razão é a própria relação do presidente da Câmara, o segundo na linha de sucessão da Presidência, com o Supremo Tribunal Federal (STF). Motta dispõe de uma excelente assessoria jurídica na Câmara, sabe que o Congresso não é uma instância revisora de decisões do Supremo. Embora exista uma maioria no Parlamento a favor de uma revisão da dosimetria das penas dos acusados de atentar contra o Estado Democrático de Direito, de acordo com a gravidade dos seus atos, o que o Supremo vem fazendo é aplicar a lei vigente. Para mudar o Código Penal, é preciso balancear o teor da mudança, e não afrontar e desmoralizar o Supremo, como deseja a oposição.

Agenda popular

Música para os ouvidos do Congresso. No encontro na casa de Motta, Lula enfatizou que as prioridades do governo são a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a PEC da Segurança. São duas agendas que vão ao encontro dos eleitores da maioria dos deputados, inclusive daqueles que desejam a anistia. Fica muito difícil para a oposição ter sucesso na obstrução dessas duas pautas, como quer o líder do PL, Sóstenes Cavalcanti (RJ).

O debate sobre a anistia não vai morrer por causa disso, uma vez que o ex-presidente Jair Bolsonaro, que se recupera de uma cirurgia muito complexa, é um dos que estão sendo julgados pelo Supremo e pode ser condenado. Entretanto, o eixo das negociações entre os líderes da Câmara já se deslocou da anistia para uma nova dosimetria das penas.

Mesmo assim, o líder da oposição, Luciano Zucco (PL-RS), e Sóstenes anunciaram que vão retomar o movimento de obstrução para travar a pauta de votações da Casa. Entre os 262 deputados que assinaram o pedido de urgência, porém, muitos estão dispostos a rever suas posições ou já declaram que pretendem votar contra anistia.

Sóstenes está em rota de colisão com Motta: “Espero que, na reunião da semana que vem, a gente possa corrigir um erro grosseiro que foi cometido hoje (ontem)”, afirmou. Disse que a obstrução terá duas exceções: o processo que pode levar à cassação do deputado Glauber Braga (PSoL-RJ), cuja apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça, ontem, foi suspensa; e o caso relacionado ao deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ).

No caso de Glauber, a oposição quer que o processo avance e o deputado tenha o mandato cassado pelo plenário da Câmara. No de Ramagem, quer votar uma proposta que tranca a ação penal relacionada ao parlamentar no STF, por envolvimento na trama golpista de 2022. Desde quando alcançou o número regimental para requerer a urgência, o líder do PL está de salto alto e confronta o presidente da Câmara.

O resultado é que, agora, Motta terá de se impor para não perder a autoridade com os demais líderes. Enquanto isso, o julgamento de Bolsonaro e 13 aliados prossegue na Primeira Turma do STF, que aceitou as denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) por crimes como tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa e dano ao patrimônio.

Piora clínica e nova bateria de exames

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» JAQUELINE FONSECA

O ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou piora clínica e permanecerá internado na unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília. Segundo boletim divulgado ontem, a pressão arterial se elevou e houve piora dos exames laboratoriais hepáticos.

Bolsonaro, internado desde 12 de abril e submetido a uma cirurgia intestinal, continua em jejum oral e recebendo nutrição parenteral exclusiva. Medidas de prevenção de trombose venosa e fisioterapia motora seguem sendo tomadas. A recomendação de não receber visitas persiste.

A piora ocorreu um dia após Bolsonaro ser intimado pela Justiça para apresentar defesa na ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado. A notificação foi assinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-presidente tem cinco dias para apresentar defesa.

Sindicato

Ontem, o Sindicato Nacional dos Oficiais de Justiça Federais

Reprodução/Redes sociais



Oficiala intima Bolsonaro: sindicato critica constrangimento à servidora

(Sindojaf) e a Associação Nacional União dos Oficiais de Justiça do Brasil (UniOficiais/BR) emitiram nota de repúdio e informaram que adotarão medidas cabíveis por causa da gravação não autorizada da oficiala de Justiça que intimou Bolsonaro na UTI do hospital.

“Repudiamos de forma veemente a filmagem indevida e não autorizada e a divulgação

sensacionalista e não consentida da atuação da oficiala de Justiça, conduta que não apenas viola sua intimidade e honra funcional, como também busca distorcer os fatos e comprometer sua imagem perante a sociedade”, diz a nota da Sindojaf, assinada também pela UniOficiais.

Conforme as entidades, em que pese ser compreensível que decisões judiciais possam causar

desconforto às partes envolvidas, “a manifestação de inconformidade deve ocorrer por meio dos instrumentos legais e não através de práticas que atentam contra a dignidade dos agentes públicos no cumprimento de seu dever”.

O vídeo feito por pessoas próximas a Bolsonaro foi compartilhado nas redes do ex-presidente e mostra a servidora apresentando a intimação ao ex-presidente. Ela é questionada por ele: “A senhora tem ciência que está dentro de uma sala de UTI, dentro de um hospital?”. A oficiala respondeu que já havia conversado com os advogados do ex-presidente e que a função era apenas entregar o documento. Em seguida, ele perguntou: “A senhora foi mandada por quem? Quem é a pessoa do STF que mandou a senhora pra cá?”

Visivelmente constrangida, a oficiala afirmou que havia sido enviada pelo STF. “Então o ministro Alexandre de Moraes deu a missão para a senhora vir ao hospital e tomar minha assinatura?”, indagou Bolsonaro.

A decisão de intimá-lo ainda no hospital ocorreu após Bolsonaro participar de uma live para promover a venda de capacete.